



Senado deve votar jogos de azar e securitização de crédito

Em reunião com governadores, Eunício Oliveira disse que levará propostas para o Plenário e defendeu imposto do jogo para saúde e segurança

Após encontro com governadores e vice-governadores de 13 unidades da Federação, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu ontem a votação de dois projetos que poderão reforçar o caixa dos estados.

Um deles libera os jogos de azar no país. A proposta do senador Ciro Nogueira, com parecer de Benedito de Lira, prevê a cobrança de impostos sobre as apostas a serem feitas até mesmo por meio de aplicativos para celular. A arrecadação seria dividida entre estados e municípios.

O outro projeto permite à administração pública vender ao setor privado o di-

reito sobre créditos parcelados administrativamente ou judicialmente. Trata-se da securitização de créditos recebíveis. O parecer do senador Romero Jucá ao texto de José Serra aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos.

O presidente do Senado reconhece que as duas propostas são polêmicas, mas considera que a decisão final deve ser do Plenário, após amplo debate. Eunício condiciona a inclusão do projeto sobre jogos na pauta do Plenário à destinação dos impostos arrecadados para um fundo do Tesouro. Parte do valor iria para a segurança pública e outra parte para a saúde. **3**



Jane de Araújo/Agência Senado

Eunício Oliveira aceita votar liberação dos jogos de azar se impostos forem dirigidos a um fundo para saúde e segurança

Regularização de dívidas rurais dá mais um passo

Waldemir Barreto/Agência Senado



Deputada Tereza Cristina e senador Dário, relatora e presidente da comissão

O Programa de Regularização Tributária Rural foi aprovado ontem em comissão mista que analisou medida provisória sobre o assunto. O texto será analisado agora pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

A intenção do chamado Refis Rural é facilitar a quitação de dívidas dos produtores rurais com o Funrural, contribuição paga à Previdência. A MP também reduz a alíquota da contribuição social a partir de janeiro de 2018. **4**

Comissão de Assuntos Econômicos aprova programação monetária

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem a programação monetária do governo federal para o quarto trimestre de 2017. O relator,

Dalírio Beber, foi favorável ao relatório do Banco Central. O parecer serve de base para a aprovação ou rejeição do relatório do Congresso. **5**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, presidente da CAE, e Ataídes Oliveira na reunião

Novo portal do Orçamento federal facilita consulta **3**

Plenário confirma indicações para ANP e Anatel **7**

Exame de saúde nas escolas passa em comissão **8**

Avança MP que autoriza demissão no Executivo

A medida provisória que cria o Programa de Desligamento Voluntário no Executivo federal foi aprovada ontem pela comissão mista. O objetivo da MP é reduzir despesas do governo com a folha de pagamentos. O texto segue para análise da Câmara dos Deputados e em seguida será votado no Senado. **4**

Senadores querem sustar decreto sobre privatização

Senadores criticaram no Plenário o decreto do presidente Michel Temer que estabelece o programa de venda de ativos de empresas como Banco do Brasil, Eletrobras e Eletrobrás. Três projetos de decreto legislativo tentarão sustar a medida, que também é alvo de representação na Procuradoria-Geral da República. **3**

Debate: venda de crédito público pode dar prejuízo

Os prejuízos aos cofres públicos com a chamada "securitização de recebíveis" podem ser bilionários, afirmaram especialistas em debate ontem. Securitização é a venda de créditos que União, estados e municípios têm a receber de contribuintes. O senador Paim quer uma CPI sobre o assunto. **8**

Produtores de leite pedem limite para importações do produto

Em audiência na Comissão de Agricultura, produtores nacionais de leite in natura reclamaram do baixo preço pago pelo produto. O proble-

ma, segundo eles, é causado pelo grande volume de importações de leite em pó de países do Mercosul, sobretudo do Uruguai. **6**



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Cassol (C) conduz debate com representantes de ministérios e setor produtivo

Acordo prevê troca de dados sobre menores no Mercosul

Texto aprovado ontem na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul autoriza o intercâmbio de informações sobre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade nos países do bloco

A REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA no Parlamento do Mercosul aprovou ontem o texto que autoriza a troca de informações sobre crianças e adolescentes em situação de risco no bloco. O acordo foi assinado em San Miguel de Tucumán, na Argentina, em 30 de junho de 2008. Também foi aprovado o compromisso de cooperação regional para a proteção dos direitos de menores de idade em estado de vulnerabilidade.

O relator das mensagens, deputado Felipe Bornier (Pros-RJ), destacou no relatório que em 2015 o Brasil registrou um caso de sequestro internacional a cada três dias.

A cooperação internacional permitiu que naquele ano o país recuperasse 25 crianças que haviam sido sequestradas e levadas para outros países. Bornier justificou a necessidade



Representação Brasileira no Parlasul tem Celso Russomanno presidente

de dos acordos de cooperação para “combater de modo mais eficaz delitos como o tráfico e sequestro de menores”.

Busca e salvamento

O colegiado aprovou a mensagem do Executivo (MSC 247/2017) sobre o tratado que estabelece os parâmetros jurídicos para cooperação entre os países americanos em operações de busca e salvamento. O parecer do relator e presidente do colegiado, deputado Celso Russomanno (PRB-SP), foi pela aprovação.

Os acordos serão votados na Câmara e no Senado como projetos de decreto legislativo.

Os acordos serão votados na Câmara e no Senado como projetos de decreto legislativo.

Senado cede terreno para universidade da ONU

O Senado vai ceder um terreno para a construção da futura sede administrativa e reitoria da Universidade de Segurança da Organização das Nações Unidas no Brasil. O acordo para a cessão foi assinado pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, e pelo ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira. O anúncio foi feito pela diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, durante a abertura da Convenção Sobre Políticas Públicas e a Percepção da Corrupção na América Latina, na segunda-feira, em Buenos Aires.

O lote, cedido há quase 15 anos pela União para que o

Senado construa sua Escola de Governo, deverá, conforme o novo entendimento, manter sua destinação original de abrigar edificações voltadas para atividades de ensino e de cultura. A decisão, disse Ilana, é uma medida prática do Senado no campo da educação e demonstra como a Casa apoia a ideia da universidade, que será voltada para estudos de segurança pública, controle da criminalidade e desenvolvimento humano.

A universidade, acrescentou ela, deve contribuir para que o Brasil assumira o protagonismo na busca de soluções de combate à violência perante o mundo.

— Sob a liderança do presidente Eunício Oliveira, o Senado integrou-se à equipe que está construindo esse projeto desde o primeiro momento. Mais que um projeto, a iniciativa faz parte de uma estratégia de estudo para o enfrentamento das questões fundamentais desse século: direitos humanos, criminalidade e justiça social. Além de tudo isso, é a realização desse importante sonho para nosso país e para todas as nações que compõe a Organização das Nações Unidas — afirmou Ilana.

Também participou do evento em Buenos Aires o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal.

Petrobras vai investir na Refinaria Clara Camarão, diz Agripino

José Agripino (DEM-RN) garantiu não haver riscos para a Refinaria Clara Camarão, em Guamaré (RN). O senador informou que a intenção da Petrobras é investir para aumentar a produção de querosene de aviação e de diesel.

Há o compromisso por parte da estatal, de acordo com Agripino, de que não haverá demissões. Ele acrescentou que os representantes da Petrobras disseram ainda que não há perspectiva de diminuir a produção.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Fernando Bezerra comemora sucesso de leilão do pré-sal

Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) comemorou o sucesso do mais recente leilão do pré-sal, em 27 de outubro. Ele informou que o negócio arrecadou mais de R\$ 6 bilhões.

Segundo o senador, o êxito resulta do empenho do governo na retomada do crescimento econômico e das mudanças do marco regulatório do setor.

— Por esses resultados, o Brasil consagrou-se campeão mundial em 2017 na atração de investimentos internacionais para o setor de petróleo e gás.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Simone, descrença nas instituições traz instabilidade social

O país está vivendo um quadro de anomia social, condição em que o povo não mais acredita nas instituições ou nas leis e simplesmente as ignora. A avaliação é de Simone Tebet (PMDB-MS).

Para a senadora, a situação atingiu os Poderes, que não se entendem. Ela citou o exemplo das medidas provisórias, que, editadas pelo Executivo, interferem na atribuição do Congresso de legislar.

— O Congresso está perdendo a identidade, a alma.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Série da Rádio Senado lembra os 80 anos do Estado Novo

No dia 10 de novembro de 1937 o presidente Getúlio Vargas outorgou a Constituição federal que marcou o chamado Estado Novo. Foram oito anos de governo autoritário no Brasil, sem liberdade de imprensa, com o Congresso Nacional fechado e sem partidos políticos.

Nesta semana a Rádio Senado exibe uma série de reportagens em cinco capítulos a respeito do período. A transmissão ocorre diariamente até sexta-feira, às 8h30, dentro do programa *Conexão Senado*.

Os anos 20 e 30 do século 20 foram marcados por radicalismos políticos. O comunismo na União Soviética, o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália eram movimentos contrários aos ideais da Democracia Liberal. A crise econômica no final dos anos 20, com o crash da Bolsa de Nova York, deu ainda mais forças às soluções políticas autoritárias ou totalitárias, esvaziando o apoio à Democracia.

Conexão Senado
• Até sexta-feira, às 8h30

Hélio José lastima morte de jovem em cidade de Goiás

Hélio José (Pros-DF) lamentou ontem o assassinato de Raphaella Noviski, de 16 anos, em Alexânia (GO). Ela foi morta a tiros por um jovem de 19 anos e o crime é considerado feminicídio.

O senador criticou os que defendem projetos que estimulam o armamento.

— Proposta fácil de distribuir arma não é solução. Precisamos de emprego, saúde, segurança e condição de vida digna, para que as pessoas possam trabalhar.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Valadares lamenta tragédia que deixou dois mortos em escola

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) registrou em Plenário o acidente ocorrido segunda-feira com a queda de uma caixa d'água no telhado de uma escola municipal no Povoado Campo Grande, em Nossa Senhora das Dores (SE). A tragédia deixou 2 crianças mortas e outras 11 feridas.

— Esperamos, sem dúvida alguma, que o Ministério Público e a Justiça façam as investigações devidas e que os culpados sejam punidos na forma da lei.



Jefferson Rudy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Presidente do TCU**
9h Exposição do presidente do TCU, Raimundo Carreiro. Após, pauta de 12 itens.
- CDR Petrobras no Rio Grande do Norte**
9h Audiência sobre investimentos da Petrobras no Rio Grande do Norte.
- CPIS DA JBS E DO BNDES Depoimento**
9h Wesley Batista, dono da JBS, fala em audiência conjunta.
- CCJ Meta anual para a educação**
10h Entre 45 itens, a PEC 80/2007, sobre pronunciamento do presidente da República para tratar das metas da educação.
- CI Lei Orçamentária Anual 2018**
10h Adequação das emendas à LOA 2018.
- CCS Nova composição**
10h Eleição e posse.
- CE Ordem dos Músicos do Brasil**
10h30 Audiência sobre a Ordem dos Músicos do Brasil.
- CDH Brinquedos adaptados**
11h Na pauta de 28 itens, o PLS 382/2011, que obriga cota de brinquedos para crianças com deficiência em shoppings.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h MP 785/2017, que muda regras do Fies.

- CMO Orçamento 2018**
14h Revisão do Projeto de Lei Orçamentária para 2018. Às 15h, audiência para tratar do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste e do Fundo Constitucional do Nordeste.
- CPI DOS MAUS-TRATOS Reunião**
14h30 Votação de requerimentos
- MP 788/2017 Restituição**
14h30 Análise do relatório da MP que cria regras para restituição de valores creditados indevidamente para mortos.
- MEDIDAS PROVISÓRIAS Instalação**
14h30/15h Instalação e eleição de presidentes das comissões para análise das seguintes medidas: MP 800/2017, que cria diretrizes para a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias; MP 801/2017, que beneficia estados em recuperação fiscal; MP 802/2017, que amplia programa de microcrédito; e MP 803/2017, sobre adesão do produtor ao Refis do Funrural.
- CONGRESSO Vetos e créditos**
19h Análise de vetos e créditos para diversos órgãos e ministérios.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Securitização e jogo de azar serão votados pelo Senado

Eunício Oliveira afirmou em encontro com governadores que levará as duas propostas para análise do Plenário com a condição de que os impostos do jogo sejam destinados à saúde e à segurança pública

DEPOIS DE PARTICIPAR de reunião em Brasília com governadores e vice-governadores de 13 unidades da Federação, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, anunciou ontem que incluirá na pauta do Plenário dois projetos que reforçam o caixa dos estados. O primeiro regulamenta a securitização de créditos e o segundo libera a realização de jogos de azar.

A securitização está prevista no Projeto de Lei do Senado (PLS) 204/2016, do senador José Serra (PSDB-SP). O texto permite à administração pública vender ao setor privado o direito sobre créditos parcelados administrativa ou judicialmente. O parecer do senador Romero Jucá (PMDB-RR) a esse projeto aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Jogos de azar

Já o PLS 186/2014, do senador Ciro Nogueira (PP-PI), autoriza a exploração dos jogos de azar em todo o território nacional. O relatório do senador Benedito de Lira (PP-AL) prevê a cobrança de impostos sobre as apostas, a serem feitas inclusive por meio de aplicativos para celular. Os



Eunício Oliveira dá entrevista acompanhado de governadores em Brasília

recursos advindos da arrecadação serão divididos entre estados e municípios.

O presidente do Senado reconhece que as matérias são polêmicas. Mas defende a votação dos dois projetos.

— Matérias polêmicas têm que ser decididas pelo Plenário. Não podemos ficar com hipocrisia. Se o projeto é polêmico, temos que pautar, fazer o debate transparente e encontrar a convergência.

Eunício Oliveira, entretanto, impôs uma condição para que a regulamentação dos jogos de azar seja colocada em pauta:

— A minha condição é que o resultado dos impostos vá diretamente para um fundo de segurança pública e outra parcela seja vinculada à saúde pública. Os impostos não vão para o Tesouro. Não vão fazer superávit primário ou qualquer outra coisa — prometeu o presidente do Senado.

Projeto que destina recursos à saúde ganha urgência

Vai tramitar em regime de urgência o projeto que transforma os impostos sobre tabaco e remédios em fonte de financiamento do SUS. O pedido para acelerar a tramitação

do PLS 147/2015 foi aprovado ontem pelo Plenário.

De Otto Alencar (PSD-BA), o texto destina ao Fundo Nacional da Saúde os impostos sobre Produtos Industria-

lizados, de Importação e de Exportação incidentes sobre medicamentos e derivados do tabaco, bem como o Imposto de Renda sobre o lucro das empresas produtoras.

Plenário aprova desembargador para conselho

O Senado aprovou ontem o desembargador Valtécio Ronaldo de Oliveira para integrar o Conselho Nacional de Justiça. Foram 53 votos a favor e 6 contrários, além de 2 abstenções.

O nome do desembargador já havia sido aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça

em setembro. Oliveira é do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e vai compor o CNJ no biênio 2017-2019 na vaga da Justiça do Trabalho destinada a magistrados de segundo grau. Ele é bacharel em direito e iniciou a carreira como juiz do Trabalho em 1987.

Teste de cosméticos em animais vai a 3ª comissão

A proposta que trata da proibição do uso de animais em testes para produção de cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal vai ser votada em mais uma comissão do Senado, antes de ser analisada pelo Plenário. Foi aprovado ontem requerimento de Armando Monteiro (PTB-PE) solicitando que o PLC 70/2014 seja examinado também na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto proíbe testes de ingredientes e de produtos

cosméticos em animais, veda o comércio de produtos que tenham sido testados em animais e incentiva técnicas alternativas para avaliar a segurança das formulações.

Pelo texto já aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia, os testes em animais poderão ser permitidos em situações excepcionais, em que houver “graves preocupações em relação à segurança de um ingrediente cosmético” e após consulta à sociedade. Para isso, é necessário que o

ingrediente seja amplamente usado no mercado e não possa ser substituído; que seja detectado problema específico de saúde humana relacionado ao ingrediente; que inexistam métodos alternativos de teste.

O PLC 70/2014, do deputado Ricardo Izar (PSD-SP), tramita em conjunto com o PLS 483/2013, de Valdir Raupp (PMDB-RO), e o PLS 45/2014, de Alvaro Dias (Pode-PR), que restringem — sem vedar totalmente — o uso de animais em testes de laboratório.

Senadores condenam decreto de Temer que autoriza privatizações

Senadores criticaram no Plenário o decreto presidencial que estabelece o programa de venda de ativos das sociedades de economia mista, como Banco do Brasil, Eletrobras e Eletronorte.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Lindbergh Farias (PT-RJ) comunicaram a apresentação de três projetos de decreto legislativo para sustar os efeitos do Decreto 9.188/2017. Lindbergh, Vanessa e Lídice da Mata (PSB-BA) também protocolaram na Procuradoria-Geral da República representação contra a medida.

— Para se criar uma estatal, uma subsidiária, tem de ser aprovado pelo Congresso; então, para vender, não tem de passar pelo Congresso? Esse decreto é inconstitucional — disse Lindbergh.

Renan Calheiros (PMDB-AL) também criticou.

— O Congresso Nacional não pode aceitar que o Brasil se transforme em um balcão e que o presidente da República queira privatizar o setor elétrico por decreto, em detrimento da competência constitucional do Congresso.

Hélio José (Pros-DF) disse que a privatização pode levar o país a sofrer com apagões e a insegurança no sistema, dramas que o Brasil viveu na

década de 1950, como mostrou reportagem especial do **Jornal do Senado** na sessão **Arquivo S** de setembro.

— Não podemos permitir que esse desgoverno que aí está venha a privatizar uma empresa da importância da Eletrobras.

Eduardo Braga (PMDB-AM) disse que o Brasil não pode “privatizar a qualquer custo e sem um amplo debate”.

— É inadmissível estarmos vendo privatização sem licitação.

João Capiberibe (PSB-AP) também criticou a privatização.

— O governo precisa responder por que está privatizando.

Em contraponto, José Medeiros (Pode-MT) afirmou que o PT não teve o cuidado com os bens nacionais e desperdiçou dinheiro ao financiar obras em países como a Bolívia.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmou que a empresa de energia elétrica do Rio Grande do Norte foi privatizada e agora não dá mais prejuízo.

Omar Aziz (PSD-AM) disse que, apesar de não ser contra as privatizações, não apoia a venda da Amazonas Energia nem da Eletronorte, o que poderia comprometer o fornecimento de energia na região.

Novo portal do Orçamento facilita consulta sobre gastos públicos

Está no ar o novo portal do Orçamento, com design e conteúdos reestruturados. Agora os internautas acessam com mais facilidade informações sobre gastos públicos, legislação orçamentária e estudos orçamentários, além da página Siga Brasil e do serviço Orçamento Fácil — série de animações explicativas criada pela Secretaria de Comunicação Social do Senado.

O diretor-executivo de Gestão e presidente do Comitê Gestor de Internet do Senado, Márcio Tancredi, destaca que a reformulação da página buscou privilegiar o olhar do usuário, para que a informação chegue a toda a população:

— O vocabulário foi adaptado para aproximar a dinâmica do Orçamento da realidade do cidadão. O site ficou mais acessível e transparente.

Flávio Diogo Luz, da Consultoria de Orçamentos, acrescenta que a mudança dá mais destaque a informações com valor agregado, como os estudos orçamentários desenvolvidos pela equipe de especialistas.

— Nosso intuito foi aproxi-

mar o portal das demandas da sociedade. Demos maior ênfase ao que é mais buscado, simplificamos e deixamos a navegação mais agradável.

Outra novidade no portal, desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), é a simplificação do acesso ao Siga Brasil, sistema de informações sobre o orçamento público federal que permite consulta ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e a outras bases de dados.

À frente do desenvolvimento do portal, Adriano Cruvinel, chefe do Serviço de Soluções para Portais, ressalta que a navegação ficou mais intuitiva.

Responsável pelo desenvolvimento do leiaute do site, o chefe do Serviço de Arquitetura da Informação e Design, Cássio Silva, diz que a identidade visual foi realinhada à do portal do Senado.

Na página 5, comissão aprova programação orçamentária

Acesse o portal do Orçamento: www.senado.leg.br/orcamento

Avança plano de demissão voluntária de servidor

Comissão mista da medida provisória que institui o Programa de Desligamento Voluntário no Executivo aprovou ontem relatório da MP, que segue agora para a análise da Câmara dos Deputados

FOI APROVADO ONTEM o relatório do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) à medida provisória que trata do Programa de Desligamento Voluntário (PDV) no âmbito do Poder Executivo Federal. Como sofreu mudanças, o texto (MP 792/2017) segue para a Câmara dos Deputados na forma de um projeto de lei de conversão (PLV 40/2017).

A MP busca reduzir as despesas do governo com a folha de pagamento dos servidores públicos federais por meio de um programa de demissão voluntária. O texto estabelece, entre outros pontos, indenização correspondente a 125% da remuneração mensal do servidor, na data de desligamento, multiplicada pelo número de anos de efetivo exercício.

Um servidor que está no serviço público há 20 anos e ganha R\$ 5 mil ao mês receberá R\$ 6,25 mil por ano trabalhado, caso decida aderir ao PDV. O total da indenização, nesse caso, seria de R\$ 125 mil, valor que poderá ser parcelado ou pago em uma única vez.

O servidor que optar pela demissão voluntária ficará isento de pagar Imposto de

Renda e contribuição previdenciária sobre o valor da indenização do PDV. Quem aderir ao programa perderá o vínculo com a administração pública e, portanto, deixará de participar do Regime Próprio de Previdência Social. O tempo de contribuição, porém, será computado para aposentadoria e pensão.

Preferência

Terão preferência os servidores com menor tempo de exercício e os que estão em licença para tratar de assuntos particulares. Nem todos os servidores públicos federais poderão aderir ao programa. É vedada a adesão, por exemplo, daqueles que estejam em estágio probatório e dos que tenham cumprido os requisitos legais para aposentadoria, além daqueles afastados por decisão judicial ou administrativa.

Também não poderão participar aqueles que tenham passado em outro concurso público na data de abertura do processo de adesão. A exceção incluída no texto pelo relator é para os servidores nesta situação que apresentarem



O presidente da comissão mista, deputado Leonardo Quintão, e o relator da MP, senador João Alberto Souza

um documento declarando a desistência de tomar posse. Haverá limite de vagas de desligamento por órgão: caso as inscrições ultrapassem o limite de vagas, terá prioridade quem solicitar antes a adesão.

Jornada reduzida

A MP também estabelece a possibilidade de redução da jornada de trabalho de 8 horas diárias (e 40 semanais) para 6 ou 4 horas diárias (e 30 ou 20 horas semanais), com remuneração proporcional. Como incentivo à redução da jornada, o governo oferece o pagamento adicional correspondente a meia hora diária.

Terão preferência na concessão da jornada de trabalho

reduzida os servidores com filho de até 6 anos de idade ou responsáveis pela assistência a dependentes idosos, doentes ou com deficiência. O relator incluiu no texto a previsão de que essas mudanças não alterem a jornada reduzida com remuneração integral a que já têm direito os servidores com deficiência e os que tenham cônjuge, filho ou dependente com deficiência.

Também está prevista a possibilidade de licença incentivada sem remuneração. Nesse caso, o servidor poderá ficar afastado do serviço público por três anos, prazo que poderá ser prorrogado por mais três, e vai receber como incentivo um valor correspondente a três

vezes seu salário.

Uma das mudanças feitas pelo relator retira o critério de idade para adesão ao PDV. Para ele, faz mais sentido diferenciar os servidores por tempo de efetivo exercício do cargo, critério que foi incluído no texto.

Economia

O governo não tem uma estimativa de quantos servidores vão aderir ao PDV, uma vez que a adesão é voluntária. No último PDV, feito no governo de Fernando Henrique Cardoso, houve cerca de 5 mil adesões ao plano. Caso esse número se repita, a economia seria de aproximadamente R\$ 1 bilhão por ano, conforme o governo.

Com Agência Câmara

Renegociação de dívidas de produtor rural passa em colegiado

Foi aprovado ontem na comissão mista que analisou a proposta o relatório da deputada Tereza Cristina (PSB-MS) favorável à Medida Provisória 793/2017, que facilita a renegociação e quitação de dívidas de produtores rurais junto à Previdência. A MP será analisada pelos Plenários da Câmara e do Senado na forma de um projeto de lei de conversão, pois o texto original do Executivo foi alterado pelo acolhimento, total ou parcial, de quase metade das 745 emendas de deputados e senadores e da própria relatora. O presidente da comissão mista foi o senador Dário Berger (PMDB-SC).

A MP 793/2017 instituiu o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) para dívidas junto à Secretaria da Receita Federal e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O programa, que ficou conhecido como Refis Rural, tem o objetivo de facilitar a quitação de dívidas dos produtores rurais com a Previdência. A previsão é que a renúncia fiscal do governo chegue a R\$ 5,5 bilhões. A oposição afirma que esse montante pode chegar a R\$ 18 bilhões.



Relatório de Tereza Cristina foi aprovado em reunião presidida por Dário

A MP permite a renegociação dos débitos dos produtores rurais com o Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (Funrural) e reduz a alíquota desta contribuição social a partir de 1º de janeiro de 2018. O Funrural é a contribuição paga à Previdência Social pelos produtores rurais pessoa física que empregam trabalhadores.

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a contribuição inconstitucional, decisão que beneficiou uma empresa. Em março passado, em novo julgamento, o STF mudou o entendimento e autorizou a cobrança, em decisão com repercussão geral. Entre os dois julgamentos, milhares de produtores rurais

ganham liminares na Justiça contra o tributo, o que gerou um passivo, boa parte depositado em contas judiciais.

Regularização

O PRR permite a renegociação dos débitos dos produtores rurais e dos adquirentes da sua produção (como frigoríficos, laticínios e cooperativas) junto à Receita Federal e à PGFN até 30 de agosto de 2017.

Os interessados devem protocolar a adesão até 20 de dezembro. O ato implica na confissão da dívida e na desistência de qualquer recurso administrativo ou judicial contra a cobrança do Funrural.

O produtor poderá pagar o débito em até 180 parcelas.

A MP exigia uma entrada equivalente a até 4% do débito, paga em quatro parcelas, mas o percentual foi alterado para 2,5%. O restante será dividido em 176 prestações, com descontos e com correção pela taxa Selic. Se após o pagamento ainda sobrar algum resíduo, poderá ser pago em 60 vezes.

Além de tratar da regularização, a MP reduziu a alíquota do Funrural. Atualmente, o produtor rural paga um percentual de 2,1% sobre a receita bruta de venda, sendo 2% para o INSS e 0,1% relativo a Riscos Ambientais do Trabalho (RAT), contribuição paga pelo empregador para cobrir os custos da Previdência com acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais.

A MP também diminuiu a contribuição ao INSS para 1,2%. A alíquota total dos produtores rurais, a partir de 2018, será de 1,3%, uma redução de 38% em relação à atual.

A relatora estendeu o benefício ao empregador rural pessoa jurídica: redução de 2,5% para 1,2%. Na agroindústria, a alíquota fica em 2,5%.

O texto estabelece que, caso o produtor que aderir ao PRR deixe de produzir, ou não tenha receita bruta por

período superior a um ano, o valor da prestação mensal será equivalente ao saldo do débito dividido pela quantidade de meses que faltarem para completar 176 meses.

Alterações

A deputada estende o parcelamento às cooperativas e reduz o valor das multas pagas pelos devedores. De acordo com a MP 793/2017, o desconto é de 25%. A relatora propõe anistia total, ou seja, 100% de desconto em multas de mora, de ofício e dos encargos legais, incluídos honorários advocatícios.

Tereza Cristina eliminou a exigência de o devedor apresentar garantias à PGFN para dívidas superiores a R\$ 15 milhões.

A MP excluiu do programa o devedor que deixasse de pagar três parcelas consecutivas ou seis alternadas. A relatora abre uma exceção: se a falta de pagamento for provocada pela queda significativa de safra, o produtor rural ficará protegido.

De acordo com a deputada, o governo federal prevê renúncia fiscal total de R\$ 1,87 bilhão em 2018, R\$ 1,81 bilhão em 2019 e R\$ 1,76 bilhão em 2020.

Colegiado aprova programação monetária

Relatório de programação monetária enviada ao Senado pelo Banco Central é otimista em relação às perspectivas econômicas, “compatíveis com o processo de recuperação”

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a programação monetária do governo federal para o quarto trimestre de 2017.

A lei 9.069/1995 prevê que a cada trimestre as autoridades monetárias encaminhem ao Senado a “programação monetária”, ou seja, estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários (por exemplo, a quantidade de papel-moeda em poder do público e o valor total dos depósitos à vista), metas indicativas de evolução trimestral e descrição das perspectivas da economia nacional.

O parecer da CAE, de Dalírio Beber (PSDB-SC), foi favorável

ao relatório do Banco Central. O parecer serve de base para a aprovação ou rejeição da matéria pelo Congresso Nacional. “A expansão monetária projetada é compatível com a inflação esperada, cuja expectativa de mercado está até abaixo da meta central de 4,5% para o ano”, diz o parecer.

O tom do relatório do Banco Central é otimista em relação às perspectivas econômicas, com ressalvas. “O conjunto dos indicadores de atividade econômica divulgados recentemente permanece compatível com o processo de recuperação gradual da economia”, diz o texto. “Ressalte-se que embora o recente aumento da

incerteza quanto ao ritmo de implementação de reformas e ajustes na economia tenha impactado negativamente os índices de confiança dos agentes econômicos, a informação disponível sugere que o impacto dessa queda de confiança na atividade tem sido, até o momento, limitado”.

Segundo o relatório, no bimestre julho-agosto, o saldo de papel-moeda em poder do público somou R\$ 180 bilhões. Os depósitos à vista atingiram R\$ 133,7 bilhões, com declínio de 3,1% no mês e aumento de 1,7% em 12 meses. Esses valores estão dentro das projeções que haviam sido feitas pelo governo.



Parecer de Dalírio Beber foi favorável à aprovação do relatório do BC

Comissão adia votação de mudanças na Lei Kandir e critica posição do governo

A comissão mista que analisa projeto que modifica a Lei Kandir debateu ontem o relatório de Wellington Fagundes (PR-MT) e adiou a votação para a próxima reunião. Wellington disse ter encontrado resistência no Ministério da Fazenda em relação ao tema.

— A posição do ministério continua a ser de certa inflexibilidade, firme e clara, de veto total do relatório do jeito como está apresentado — informou.

A proposta apresentada pelo senador prevê uma regra estável para compensar os estados pela perda de arrecadação com a desoneração de produtos primários e semielaborados para exportação. Pelo projeto, serão entregues R\$ 9 bilhões, em valores de 1º de julho de 2017, aos estados e municípios. A transferência será realizada em 12 parcelas mensais, na proporção de 75% para os estados e 25% para os respectivos municípios.

Mas o Ministério da Fazenda e o Conselho Nacional de Política Fazendária não reco-



Wellington Fagundes e Lúcia Vânia discutem com parlamentares regulamentação de repasses por perdas de ICMS

nehcem essa dívida e admitem apenas o pagamento de R\$ 3,8 bilhões, de forma impositiva. O presidente da comissão, deputado José Priante (PMDB-PA), afirmou que esse embate não tem a ver com cálculos e é “de natureza política”.

Wellington destacou que o relatório está aberto à contribuição dos demais membros da comissão. Ele repisou a importância de a comissão produzir “um texto possível”, em condições de ser aprovado pelo Congresso e sanciona-

do. O relator afirmou que as negociações com a Fazenda continuam e que haverá uma nova reunião amanhã.

Impasse

Antonio Anastasia (PSDB-MG) disse que o governo não tem “nenhuma boa-vontade” para tratar do assunto e trabalha para manter a ausência de regras claras. Para Anastasia, a continuidade do impasse poderia empurrar o Congresso para uma solução drástica.

— A União teima em não

fazer acordo com os estados e estrangula a autonomia federativa. A nossa alternativa, e não vejo outra, é sepultarmos a Lei Kandir por emenda constitucional — afirmou.

A sugestão se escora no fato de que as propostas de emenda constitucional não dependem de sanção presidencial para serem promulgadas. Assim, uma alteração da Lei Kandir por essa via não correria o risco de ser vetada. José Priante garantiu que essa saída será discutida pela comissão.

Vice-presidente do colegiado, Lúcia Vânia (PSB-GO) também criticou a formatação atual da Lei Kandir e a indefinição dos repasses, mas apontou outros caminhos que podem ser tomados:

— A Lei Kandir hoje é uma lei anacrônica. Se temos que permanecer com ela, a solução é modernizá-la. Seria o caso de fazer um imposto regulatório para as exportações. Se isso não for possível, só há um caminho: reforma tributária.

Uma nova data para a votação do relatório ainda será agendada pela comissão.

Nos termos do relatório de Wellington, metade do total a ser pago para os estados (R\$ 4,5 bilhões) será rateada segundo coeficientes fixos. A outra metade será rateada segundo coeficientes variáveis. Para fazer frente à nova obrigação, o projeto prevê realocação de recursos públicos e a fixação de alíquota mínima de 30% para o Imposto sobre as Exportações (IE) incidente sobre recursos minerais.

Humberto Costa condena postura do PSDB no governo

Humberto Costa (PT-PE) afirmou ontem em Plenário que há uma sensação de “fim de feira” do governo de Michel Temer. O senador classificou o governo como débil, afogado em corrupção e refém de sua base.

Em sua avaliação, o PSDB é amplamente beneficiado pelo governo, mas ensaia seu desembarque da base por um ato de oportunismo e covardia, que leva o país à incerteza.

— Essa fatura, não tenham dúvida, vocês vão pagar com juros altos nas eleições do ano que vem. O país não esquecerá o que o PSDB, o que vocês cometeram — declarou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Vanessa Grazziotin acusa Temer de enganar sociedade

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) elogiou ontem, em Plenário, artigo de Bernardo Mello Franco, da *Folha de S.Paulo*, com críticas à reforma trabalhista. “O idiota da história foi quem acreditou na palavra do presidente Michel Temer”, disse a senadora, citando o artigo. Na avaliação de Vanessa, Temer enganou a sociedade e a base do governo no Senado, que aprovou o texto da Câmara sem mudanças acreditando na promessa de que o presidente faria alterações na reforma. Ela lembrou que já se passaram 117 dias desde que Temer se comprometeu a editar uma medida provisória com alterações na reforma, o que não aconteceu.



Jefferson Rudy/Agência Senado

“É preciso reagir a desmonte da proteção social”, diz Lídice

Lídice da Mata (PSB-BA) pediu que os brasileiros reajam às medidas do governo que comprometem o patrimônio nacional e colocam em xeque um conjunto de leis e programas de proteção social.

A senadora afirmou que a marca do atual governo torna-se clara na agenda do presidente Michel Temer: foram 42 encontros com representantes de empresas; 5 reuniões com a bancada ruralista; e 7 com a bancada evangélica. Com as centrais sindicais, foram apenas 6 encontros, disse a senadora, mas não houve qualquer reunião com movimentos quilombolas ou indígenas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

José Medeiros classifica de “mentiroso” discurso do PT

José Medeiros (Pode-MT) classificou como “mentiroso” o discurso do PT em defesa do patrimônio nacional. Ele lembrou que o então presidente Lula permitiu que a Bolívia estatizasse, em 2006, toda a cadeia de exploração de gás e petróleo da Petrobras instalada naquele país. Ele disse que o Brasil perdeu R\$ 5 bilhões com as medidas adotadas pelo governo boliviano, sem que o Brasil tomasse providências pelo ressarcimento.

José Medeiros também criticou a edição, pelo governo do PT, de decreto que permite ao Ibama destruir equipamentos e veículos apreendidos em fiscalizações ambientais.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Grande volume de leite em pó importado de países do Mercosul estaria baixando o preço pago pelo produto in natura nacional, disse representante do setor em audiência

Produtores de leite querem limitar importações

PRODUTORES NACIONAIS DE leite in natura estão insatisfeitos com os baixos preços pagos pelo produto. Em audiência pública da Comissão de Agricultura (CRA), ontem, representantes do setor afirmaram que o problema seria causado pelo grande volume de importações de leite em pó de países do Mercosul, sobretudo do Uruguai. Com isso, os produtores ficam vulneráveis diante da indústria que processa leite in natura no Brasil, que se vale da situação para reduzir os preços. Em algumas regiões, a informação é de que o valor estaria abaixo de R\$ 0,80 por litro, ficando distante de cobrir os custos da atividade.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Abraleite), Geraldo Borges, a solução é estabelecer cota de importação de leite em pó de origem uruguaia. Ele observou que medida similar está vigorando em relação às importações do produto da Argentina, como resultado de negociação entre os dois governos, numa exceção à regra geral de livre comércio entre países do Mercosul. Pelo acordo, ficou acertado um limite de 50 mil toneladas anuais de importação de leite em pó daquele país.

— Se não houver esse tipo de ajuste



Presidente da comissão, Ivo Cassol (C) preside audiência pública com Otávio Brandelli, Luís Pacifici Rangel, Herlon Brandão e Geraldo Borges

e o governo não conseguir criar um limite, a cadeia produtiva nacional não resistirá — afirmou.

Política de preços

O presidente da comissão, senador Ivo Cassol (PP-RO), que propôs a audiência e também dirigiu o debate, disse que a situação requer ação diligente do governo. Na avaliação dele, é necessária uma política de preços médios, que proteja o produtor de flutuações de mercado causadas por importações ou outros fatores. Cassol também cobrou do Ministério das Relações Exteriores a definição de cotas de importação de leite para todos os parceiros.

O diretor do Departamento do Mer-

cosul do ministério, Otávio Brandelli, explicou que não existe no âmbito do bloco uma política para o leite em pó. Ele observou que esse produto está sujeito às regras gerais de comércio do Tratado de Assunção, de 1991, baseadas no princípio da livre circulação de mercadorias entre os países-membros. Por essa política, os parceiros também se comprometem a adotar tarifa externa comum nas negociações com outros países, que no caso do leite em pó é uma das mais elevadas (28%).

Brandelli defendeu que a questão continue sendo tratada de modo negociado, dentro da “institucionalidade” das regras do bloco, e não por decisão unilateral de qualquer dos países.

Representando o Ministério da Indústria e Comércio Exterior, Herlon Brandão reconheceu que o tema é “complexo e sensível”, mas salientou que os dados mais recentes indicam queda nas importações do Uruguai. No ano passado, de janeiro a setembro, o volume teria chegado a 107 mil toneladas, enquanto agora em 2017, no mesmo período, foram 89 mil toneladas. Também disse que o preço médio chegou a R\$ 1,37 por quilo importado, acima do valor pago ao produtor nacional.

O secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Luis Eduardo Pacifici Rangel, também participou da audiência.

Estados da Amazônia Legal podem ser compensados por áreas de proteção

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem projeto que cria uma compensação aos estados da Amazônia Legal que abrigam unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas em seus territórios. De acordo com o PLS 375/2017— Complementar, do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), ficam reservados 2% dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para a distribuição de forma suplementar a esses estados. Os outros 98% serão divididos entre todos os estados brasileiros e o DF.

“Este projeto caminha no sentido de socializar os custos da conservação da Amazônia, cuja proteção é demandada pela grande maioria da sociedade brasileira”, resumiu Gurgacz ao justificar a iniciativa.

O texto cria coeficientes individuais para a distribuição dos recursos. Cada coeficiente será definido segundo a proporção da área ocupada por unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas em relação à área total de cada estado.

Na avaliação do relator, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), os estados da Amazônia Legal devem ser compensados pelos custos da conservação da floresta amazônica e essa conta deve ser dividida com os demais estados da Federação.

“Não se trata de um privilégio. Trata-se de reconhecimento da importância da Amazônia e o ônus arcado pelos estados alcançados por essa territorialidade verde”, observou.

A proposta segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Proposta agiliza repasses para defesa agropecuária

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em decisão final, um projeto que garante a transferência direta de recursos do Orçamento da União para ações de defesa agropecuária nos estados, Distrito Federal e municípios, sem a necessidade de prévia assinatura de convênios. O texto (PLS 379/2016) poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação no Plenário do Senado.

Autor do projeto, o senador Roberto Muniz (PP-BA) diz que o objetivo é desburocratizar e garantir o desenvolvimento de uma agropecuária competitiva. Segundo ele, haverá melhoria na execução dos recursos que já são destinados pelo Ministério da Agricultura aos estados, com maior controle da pasta sobre as ações de defesa sanitária agropecuária em todo o país.

O projeto prevê a partilha de

80% dos recursos globalmente definidos no Orçamento para atender as ações de defesa agropecuária, ficando os outros 20% destinados, a critério do ministério, para possível compensação a entes federados ou para emergências sanitárias.

A distribuição dos recursos que serão sujeitos a repasse automático será feita com base nos Planos Anuais de Atenção à Sanidade Agropecuária, já previstos no regulamento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

Pelo texto, a distribuição levará também em consideração o atingimento das metas nos períodos anteriores e outros parâmetros técnicos. Há ainda a definição da contrapartida por parte dos entes favorecidos, levando-se em conta sua capacidade financeira ou se sua localização está na abrangência das superintendências de desenvolvimento regionais

ou na faixa de fronteira.

O projeto prevê ainda a prestação de contas como medida de controle e transparência, por meio de demonstrativos disponibilizados na internet.

Emendas

Favorável à proposta, o relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), diz que o projeto contribui para o aprimoramento da legislação de defesa agropecuária. Ele incorporou ao texto cinco emendas que haviam sido acolhidas antes pela Comissão de Agricultura (CRA), onde ele também atuou como relator.

Uma das emendas permite o uso de até 20% dos recursos para o pagamento de despesas de caráter continuado, flexibilizando a vedação abrangente contida no texto original. Outra serve para aumentar, de mensal para semestral, a periodicidade da prestação de contas dos beneficiados pelos repasses.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado aprova indicados para ANP e Anatel

Dirceu Cardoso Amorelli e Emmanoel Campelo passaram por sabatina ontem na Comissão de Infraestrutura, antes de terem suas indicações confirmadas pelo Plenário

O PLENÁRIO APROVOU ontem duas indicações para as diretorias da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Na ANP, o engenheiro Dirceu Cardoso Amorelli Junior vai ocupar a vaga deixada por Waldyr Barroso na diretoria. Seu nome foi aprovado em Plenário com 58 votos favoráveis, 4 contrários e 1 abstenção.

Indicado para o Conselho Diretor da Anatel, Emmanoel Campelo de Souza Pereira assumirá a vaga de Igor Vilas Boas de Freitas, cujo mandato termina neste mês. A indicação foi aprovada por 48 votos a favor e 10 contrários.

Pré-sal

Amorelli é servidor de carreira da ANP desde 2005 e dirige a Superintendência de Exploração do órgão. Na manhã de ontem, antes da votação em Plenário, sua indicação foi aprovada pela Comissão de Infraestrutura (CI), após sabatina.

A mudança do regime de partilha para concessão na área

do pré-sal foi um dos temas mais recorrentes nas perguntas feitas pelos senadores durante a sabatina. A questão ganhou força no final de outubro, quando o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, anunciou que pautaria projeto que acaba com o regime de partilha da produção no setor de petróleo.

Pelo regime de partilha, implantado pelo governo Lula, a empresa contratada para explorar uma área cede parte da produção futura ao governo e paga um bônus na assinatura do contrato. Já na concessão, a empresa paga bônus maior à vista ao governo, mas não precisa compartilhar a produção futura com a União. A empresa assume o risco de encontrar ou não petróleo. Se encontrar muito petróleo, não precisa dividir com a União, apenas pagar royalties.

O relator da indicação, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), foi o primeiro a questionar o indicado sobre a possível mudança. Em resposta, Amorelli frisou que cabe à ANP apenas regular e executar o regime definido pelo governo



Amorelli e Campelo durante sabatina conduzida por Acir Gurgacz e pelo relator das indicações, Eduardo Braga

em conjunto com o Congresso.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) perguntou se o regime de partilha é adotado em outros países que são grandes produtores. Amorelli destacou que os dois modelos têm vantagens e desvantagens e que o mais importante é dar previsibilidade ao mercado.

Operadora Oi

O advogado Emmanoel Campelo também passou por sabatina ontem na CI. Doutor em direito pela Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, ele integrou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e é professor do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP).

O indicado esclareceu aos senadores que nunca atuou como advogado de empresas de telefonia e defendeu uma decisão rápida sobre a recuperação da operadora Oi, sob o risco de um “apagão de telecomunicações”. A empresa é a fornecedora exclusiva de telefonia e banda larga em mais de 2 mil municípios, ressaltou.

Campelo sugeriu o uso de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para a ampliação do acesso à internet em banda larga. E cobrou a redução da carga tributária do setor, o que, para ele, facilitaria ampliação da área de cobertura e redução de preços.

Relator da indicação, Eduardo Braga disse que a solução para o problema da Oi tem que ser boa para os usuários e não pode acarretar prejuízos à União.

Proposta que aumenta recursos para revitalização de rios ganha urgência

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento de urgência para a votação da proposta que destina recursos dos fundos constitucionais a projetos de revitalização de bacias hidrográficas.

Os recursos que compõem esses fundos correspondem a 3% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR).

Deste total, 1,8% destina-se ao Fundo de Financiamento do Nordeste (FNE), 0,6% fica com o Fundo de Financiamento do Norte (FNO) e igual fatia vai para o Fundo de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

A urgência foi solicitada pelo autor do PLS 369/2017, senador José Pimentel (PT-CE), após a aprovação da proposta pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), também ontem.

Meio ambiente

De acordo com o autor, a legislação que regulamentou os fundos constitucionais (Lei 7.827/1989) já estabelece que, na formulação dos programas de financiamento a serem atendidos, deve ser observada a preservação do meio ambiente.

Pimentel ressalta a importância da recuperação de cursos de água atingidos

por fatores que colocam em risco sua integridade, como o assoreamento das margens, desmatamento das matas ciliares, poluição por resíduos sólidos e ausência de redes de esgotamento sanitário.

Em defesa do projeto, o senador observa ainda que iniciativas fundamentais para assegurar o abastecimento de água, a exemplo da transposição do Rio São Francisco, podem ter seus resultados comprometidos em função da insuficiência de recursos destinados à revitalização das bacias hidrográficas.

Paradigma

O relator, Otto Alencar (PSD-BA), destacou que o caso do Rio São Francisco é referencial e observou que a revitalização é uma ação complementar à transposição, destinada a estabilizar outras bacias do Nordeste em períodos de estiagem. Ele também lembrou que o país já investiu R\$ 8,5 bilhões nas obras da transposição, mas pouco se fez para revitalizar a calha do São Francisco, os afluentes e as nascentes.

Os fundos constitucionais foram criados com o objetivo de promover o desenvolvimento das três regiões com maior atraso econômico e social: Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Avança texto com mais verba para assistência rural

Pelo menos 2% dos recursos dos programas do governo para a agropecuária serão destinados à assistência técnica aos produtores. É o que prevê um projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos.

Segundo o autor do PLS 790/2015, o ex-senador Donizeti Nogueira (PT-TO), no Censo Agropecuário de 2006 a maioria dos 4,4 milhões de agricultores familiares do país declarou receber pouca ou nenhuma assistência técnica do governo federal. “São evidentes os riscos do financiamento

para a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos pelos produtores rurais, sem a imprescindível orientação técnica para seu uso correto”, afirmou Donizeti na justificativa do projeto.

O relatório de Paulo Rocha (PT-PA) citou a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). “O que falta agora para a otimização da política pública de assistência técnica e extensão rural é aprimorar a alocação de recursos públicos”.

Omar Azis (PSD-AM), que apresentou o relatório no lugar

de Paulo Rocha, destacou a importância de destinar recursos para a área de pesquisa.

— Neste momento em que o mundo se volta para a questão ambiental, é preciso que se tenha uma pesquisa mais profunda. Infelizmente, muitos desses recursos são hoje contingenciados pelo governo. E se o Brasil se tornou um dos maiores produtores na área agrícola, é graças à pesquisa que foi feita ao longo do tempo.

A proposta segue para a análise da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Comissão convida Anac a explicar alta de passagens

O presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz, foi convidado a participar de uma audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para explicar os aumentos das passagens aéreas mesmo depois da entrada em vigor da resolução que mudou as regras de cobranças das bagagens.

O pedido de comparecimento foi aprovado ontem e partiu da senadora Simone Tebet (PMDB-MS).

— A Anac garantiu que os preços das passagens cairiam e isso não ocorreu. A resolução está em vigor há cinco meses, e estudos mostram que, nesse

período, enquanto a inflação não chegou a um dígito, os bilhetes subiram 16,9% — afirmou.

Franquia

Antes da resolução, os passageiros tinham direito de despachar, sem pagar a mais, bagagens com até 23 quilos em voos nacionais e dois volumes de até 32 quilos cada em viagens internacionais. A nova norma eliminou a franquia mínima de bagagem despachada.

Simone Tebet lembrou que o Senado já aprovou um projeto de decreto legislativo (PDS 89/2016), do senador Humberto Costa (PT-PE,) para

sustar os efeitos da resolução, mas a proposta está parada na Câmara dos Deputados.

Segundo a senadora, com o aval da Anac, as companhias desrespeitam os direitos dos consumidores e os cidadãos brasileiros. Simone disse fazer questão da presença do presidente da agência, que precisa explicar o papel da instituição, que deveria ser o de regular uma atividade econômica com desequilíbrio de forças entre as partes — usuários e empresas.

A data da reunião com o presidente da Anac ainda será marcada pelo presidente da CAE, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Debate faz alerta sobre venda de crédito público

Falta de transparência na chamada “securitização de recebíveis” pode causar prejuízos bilionários aos cofres públicos segundo especialistas ouvidos em audiência na CDH

OS PREJUÍZOS AOS cofres públicos com a chamada “securitização de recebíveis” podem ser bilionários, segundo especialistas ouvidos ontem em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Securitização é a operação que permite à União, aos estados e aos municípios venderem créditos que têm a receber de contribuintes.

O problema, afirmaram os debatedores, é a falta de transparência. A coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli citou o exemplo dos *swaps* cambiais — venda de dólar pelo Banco Central no mercado futuro para tentar conter a valorização da moeda em relação ao real. De acordo com ela, de setembro de 2014 a setembro de 2015, o prejuízo com essas operações chegou a R\$ 120 bilhões.

— Foi transferido para o Te-



Paim (C) coordena audiência que recebeu a auditora Maria Lucia Fattorelli e especialistas de vários países

sou e virou dívida pública, que todos nós estamos pagando. E aí depois que gera a dívida, ela tem de ser paga. Aí vêm as contrarreformas, vêm as privatizações, vem todo o sacrifício social — disse.

Vice-presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS) afirmou estar impressionado com os prejuízos causados pela venda de créditos recebíveis em Belo Horizonte, Salvador, São

Paulo, Recife e Rio Grande do Sul. O senador propôs uma CPI sobre o assunto.

— Essa questão está sendo propagandeada como uma solução para os entes federados. Na verdade, tem no meio disso uma enorme picaretagem. O município ou estado tem a receber em títulos o correspondente a R\$ 1 milhão. Alguém compra esse título por R\$ 200 mil e

ali na frente acaba tendo um lucro de 400%. Pelo nível de denúncias, eu acabei propondo uma CPI.

Participaram da audiência representantes de vários países, como a deputada Zoe Konstantopoulou, ex-presidente do Parlamento da Grécia, e advogada Raquel Varela, da Universidade Nova de Lisboa, ambas investigadoras de operações financeiras.

O senador Paulo Paim vai propor CPI sobre securitização de créditos

Paulo Paim anunciou em discurso em Plenário ontem que vai propor a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para analisar a securitização de créditos.

O senador fez um relato na tribuna sobre a audiência pública que tratou do assunto pela manhã na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Ele afirmou que todos os participantes do debate na CDH criticaram a medida.

— É um esquema fraudulento que já abalou a maior economia do mundo, provocou, conforme os convidados internacionais, crise na Europa. E agora estão investindo nesse esquema de malandragem aqui no Brasil — afirmou Paim.

Avança projeto que prioriza saúde nas escolas

Programas de assistência à saúde de alunos, como o Saúde na Escola, devem priorizar a identificação e correção de problemas visuais e auditivos, aprovou ontem a Comissão de Educação (CE). O PLC 104/2015 foi aprovado na forma de substitutivo de Lídice da Mata (PSB-BA) e segue para a análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Os Ministérios da Educação e da Saúde mantêm o Programa Saúde na Escola, responsável por ações de promoção da saúde e prevenção de doenças dos alunos da rede pública de ensino. Pelo texto aprovado, no âmbito do Saúde na Escola, deverá ser dada prioridade à identificação e correção dos problemas visuais e auditivos, com acesso a recursos ópticos, não ópticos, aparelhos audi-

tivos e ajudas técnicas para que os problemas detectados sejam superados.

Também foi aprovado o PLS 228/2016, de Lasier Martins (PSD-RS), que proíbe a outorga do título de patrono de categorias profissionais para pessoas vivas. O objetivo é evitar que esse tipo de honraria sirva à manipulação política e econômica ou à promoção pessoal. Pelo texto, só poderá ser eleita patrono de alguma categoria pessoa falecida há pelo menos 10 anos.

A CE também aprovou o PLC 134/2015, que inscreve o nome do líder camponês João Pedro Teixeira entre os Heróis da Pátria. Teixeira foi um dos fundadores das Ligas Camponesas na Paraíba e foi assassinado por jagunços em 1962 devido à sua militância

pela reforma agrária.

Também foi aprovado o PLS 424/2016, de Cidinho Santos (PR-MT), que denomina Rodovia Agrimensor Ramis Bucar o trecho da BR-174 entre a localidade de Santo Antônio das Lendas (MT) e Colniza (MT), com exceção do trecho entre Comodoro (MT) e Vilhena (RO), já denominado Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Por sugestão de Fátima Bezerra (PT-RN), foi aprovada a realização de audiência pública sobre o Programa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid). Devem ser convidados o presidente da Capes, Abílio Baeta, e o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Emmanuel Tourinho.

Com apoio do Interlegis, Legislativo de Rondônia zera exclusão digital

Rondônia não tem mais uma única câmara municipal sem presença na internet. Com a ajuda da Assembleia Legislativa, que promoveu treinamentos em todo o Estado, e o suporte do Programa Interlegis, todas as 52 câmaras de vereadores hoje têm portais na internet e convênio com o Senado.

— É uma grande honra para nós podermos anunciar o fim da exclusão digital no Legislativo. Mais ainda saber que a assembleia participou ativamente desse processo, num trabalho em parceria com o Interlegis. Desde o início, ouvindo nossa assessoria que acompanha o Interlegis há anos, sabíamos que este era o caminho; e não apenas por causa da gratuidade dos produtos e serviços, mas pela

qualidade, por levarem mais transparência, por sabermos que podemos sempre contar com o apoio do Senado — disse o presidente da assembleia, deputado Maurão de Carvalho (PMDB).

O trabalho, no entanto, ainda não está concluído. Das 52 câmaras mais a assembleia, 23 usam o Portal Modelo (ferramenta desenvolvida e oferecida gratuitamente pelo Interlegis), mas em 11 o portal está desatualizado. Há também 30 que usam portais de terceiros, muitas vezes pagando pelo serviço.

— Nossa intenção é fazer com que todas migrem para o Portal Modelo — diz o chefe da Divisão de Informática da assembleia, Antonilson da Silva Moura.

Randolfe diz que Temer desmonta o Estado e é o presidente “mais perverso”

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) classificou o governo Temer como “o mais perverso em relação aos mais pobres e aos trabalhadores deste país”.

Ele citou a edição da Medida Provisória 805/2017, que eleva a contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%, e criticou a retirada de R\$ 1,7 bilhão que seria destinado ao Bolsa Família no Orçamento de 2018 e o Decreto 9.188/2017, que autoriza a privatização de empresas públicas.

— Em uma canetada, escancara as portas para a privatização do Banco do Brasil e anuncia a privatização da Eletrobras. Ninguém ousou tanto.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Ana Amélia elogia operação da PF e defende combate à corrupção na saúde pública

Ana Amélia (PP-RS) elogiou ontem a Operação Marcapasso, deflagrada pela Polícia Federal, que prendeu envolvidos em esquema que fraudava etiquetas de validade de materiais usados em cirurgias cardíacas no maior hospital de Palmas, no Tocantins. Segundo a senadora, a empresa falsificava etiquetas de validade para usá-las em materiais já vencidos.

Ana Amélia lamentou que, além da falta de dinheiro, o setor de saúde sofra com a corrupção. Ela defendeu a aprovação de projeto que estabelece regras para esse mercado, com objetivo de inibir fraudes.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Fátima Bezerra protesta contra ataques do governo federal ao serviço público

Fátima Bezerra (PT-RN) protestou contra os ataques do governo federal ao funcionalismo público, ao comentar as duas medidas provisórias que tratam de salários e da contribuição previdenciária da categoria.

Uma MP adia o aumento salarial que estava previsto para ser pago no começo do ano que vem. De acordo com Fátima Bezerra, entre as carreiras atingidas estão as dos professores das universidades, os policiais federais, os peritos do INSS e os diplomatas.

A outra medida provisória eleva a alíquota de contribuição previdenciária do funcionalismo de 11% para 14%.



Moneira Manzi/Agência Senado

Lindbergh Farias critica posição do presidente do TST por regras mais flexíveis

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou as declarações do presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra, sobre a necessidade de regras trabalhistas mais flexíveis. Para o senador, as palavras em defesa do trabalho intermitente e de pagamento de dano moral diferenciado conforme o salário são reveladoras da “cabeça escravocrata” da elite brasileira.

— Se um trabalhador perde um braço, é dano moral. Quer dizer que, se for um trabalhador que recebe um salário mínimo, ele pode receber 50 vezes a menos do que aquele que recebe mais de R\$ 50 mil? Isso é um escândalo.



Jefferson Rudy/Agência Senado